

Ordem na Casa

O reencontro do Brasil com a democracia e o processo de transição democrática trouxe um grave risco para as instituições econômicas e sociais: a crescente confusão entre o que seja liberdade de se manifestar, de reivindicar ou contestar, e as atribuições do governo para garantir o cumprimento das leis, fazendo valer sua autoridade.

O melhor caminho para o autoritarismo é um ambiente econômico onde todos mandem e desmandem, onde exista um vácuo de poder, e onde a hierarquia nas decisões fundamentais para o controle dos gastos e das coisas públicas se dilua na incerteza e na indefinição.

Ao demitir o presidente do Banco do Brasil o ministro da Fazenda sinalizou onde está o comando efetivo da política econômica. Nenhum funcionário público honesto e trabalhador foi atingido. Mas aqueles que insistem em transformar o Estado brasileiro em paraíso de decisões e posturas autárquicas, sem senso de compromisso com os interesses maiores da nação, ou colocando suas decisões e atitudes numa redoma afastada da realidade, estes com certeza já sabem o que os espera: o olho da rua.

Nutrimos, ao longo do tempo, pela leniência com que a administração pública vinha se manifestando em seus mais altos escalões, a sensação de um vazio de poder e de uma impunidade total. Chegamos ao ponto em que a União, depois de realizados repasses financeiros obrigatórios, vai ou iria comprometer toda a arrecadação de impostos para pagar as folhas do funcionalismo público. Que Estado é esse onde os cidadãos pagam impostos que se convertem apenas em salários de burocratas, sem nenhum investimento capaz de melhorar substancialmente o nível de vida coletivo? O Estado não pode ser um fim em si mesmo, nem situar-se acima das leis que regem a economia como um todo.

O que temos hoje pela frente é uma economia com um vasto potencial de crescimento, porque o Brasil é um país rico e já dispõe de boa infra-estrutura. No entanto, a desinstitucionalização e a desorganização em várias frentes levaram a economia nacional à beira do colapso. É preciso reconhecer que estamos à beira do colapso pela desinstitucionalização e pela desorganização, com o Estado e as empresas públicas desempenhando um papel fundamental nessa tragédia. Ao se colocarem acima das leis, ao viverem num mundo próprio, com leis próprias e objetivos corporativos para sua comunidade funcional, as empresas estatais ameaçam afundar o país, mostrando que são mais fortes que a União e que os interesses dos cidadãos comuns que não rece-

bem seus níveis de salário, suas mordomias, ou não caem nas graças dos seus marajás. Formou-se uma nova classe e uma nova elite que vem agindo sem xerife nem posturas. Esta é a verdade.

A demissão do presidente do Banco do Brasil e do Banco Central devem servir ao governo para que restaure o sentido de disciplina, de respeito à autoridade, que não se confunde com autoritarismo. Uma casa que ninguém respeita está condenada à desagregação, e se for uma casa democrática terminará destruindo o próprio alicerce da democracia.

O Brasil precisa recompor suas relações externas, inspirando confiança aos investidores estrangeiros e ao investidor doméstico. A verdade é que a poupança nacional está amedrontada, propensa a aterrissar nos ativos mais especulativos, e a fugir em debandada ao menor sinal de tremor de estruturas inteiramente desarticuladas. A presença de alguém capaz de pôr em ordem a casa, papel que o ministro da Fazenda deve representar dentro do estrito cumprimento das leis, a partir do Orçamento que nunca foi respeitado neste país, deve ser aplaudida, até mesmo para restaurar o significado de um plano de carreira para o funcionalismo público honesto e trabalhador, atirado na vala comum da inflação pelo peleguismo que inchou as folhas de salário.

Do novo presidente do Banco Central espera-se que administre a política monetária com os pés no chão e a experiência prática acumulada. O Brasil está cansado de experimentos desastrados: o caminho da reconstrução econômica passa, mesmo, pelo feijão com arroz. O presidente da República, ao restaurar o sentido de autoridade dentro da casa do Governo, pode se dedicar em seu fim de mandato a recompor a malha descosturada de uma administração que passou a viver como se fosse um fim em si mesma, e que agora se debate com a realidade de não poder cumprir com o que o próprio Governo inventou: a fórmula de reajuste salarial pela URP, a menos que aumente o déficit público, emita papel-moeda, tome mais empréstimos internos inchando a dívida, ou aumente os impostos.

O trabalho do ministro da Fazenda não estará completo se as demissões não forem acompanhadas por um austero programa de corte de despesas, capaz de eliminar as causas do déficit. Só assim a credibilidade que o presidente poderá recuperar terá sustentação para transformar um cenário de incertezas numa base firme para o final da transição democrática este ano.